

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 16 de Junho de 2000

Ano 2 Nº 31

CPE denuncia postos em várias regiões do Estado

Deputado Nelson Goetten manteve promessa e apresentou denúncia contra os donos de postos que não acataram recomendações de reduzir o preço dos combustíveis e mantiveram margem de lucro abusiva, considerada lesiva ao consumidor.



Deputado Goetten apresenta denúncia ao Procurador

(foto Salom Soares)

Nesta terça-feira (13) a Comissão Parlamentar Externa que investiga os preços dos combustíveis apresentou ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Carlos Augusto Dutra, denúncia contra 231 postos das regiões de Blumenau, Alto Vale e Vale do Rio do Peixe por formação de cartel e abuso do poder econômico. Na próxima segunda-feira (19) a CPE viaja a Brasília, quando fará entrega do mesmo processo ao secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Para o presidente da CPE, deputado Nelson Goetten (PPB), essa foi a única forma encontrada para garantir o direito do consumidor, já que os proprietários dos postos negaram-se a firmar qualquer acordo de redução de preço. Em Blumenau o preço médio é de R\$ 1,36, enquanto em Caçador os postos insistem em cobrar de R\$ 1,45 a R\$ 1,47 pelo litro da gasolina comum. A seu ver, uma variação justa para o litro da gasolina comum no Estado é de R\$ 1,29 a R\$ 1,35, dependendo do valor do frete em função da distância entre o posto e a distribuidora, ou seja, uma margem de lucro máxima em R\$ 0,05/litro.

Mais audiências públicas

Continuando o roteiro de audiências públicas, a CPE esteve nesta quarta-feira em Jaraguá do Sul e Mafra, onde os proprietários de postos e revendedores boicotaram a audiência pública. Participaram apenas alguns comerciantes, vereadores e representantes do Ministério Público e do Procon. Em Jaraguá do Sul a gasolina comum atualmente oscila entre R\$ 1,37 e R\$ 1,39, valores bem mais altos do que os aplicados em Joinville, apesar de a cidade ficar bem mais próxima de Guarimirin, uma das bases de distribuição da refinaria da Petrobrás. Em Mafra a

situação é ainda mais grave, informa Goetten.

Segundo ele, a Comissão deverá aguardar até a próxima semana para que os postos das demais regiões do Estado façam adequação dos preços, caso contrário, eles também farão parte da nova lista da CPE que será entregue em forma de denúncia ao MP do Estado, à Procuradoria da República e à Secretaria de Defesa Econômica.

As reuniões continuam até o final da semana nas câmaras de vereadores de Canoinhas, Curitibanos, Concórdia e Joaçaba.



(foto Jonas Lemos Campos)

Postos na Capital atendem solicitação da CPE

Criada CPE do Sistema Carcerário

Página 4

CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado

Página 8

OPINIÃO

Saúde em SC permanece na UTI



A exemplo do que ocorre em praticamente todos os estados brasileiros, a situação da saúde em Santa Catarina ainda inspira cuidados. O quadro é preocupante e desolador. Não estaria exagerando ao afirmar que a saúde permanece internada na UTI. Ano após ano, os problemas aumentam: filas nas emergências, tratamentos cancelados, cirurgias adiadas por falta de profissionais (mal pagos, por sinal), falta de leitos e remédios.

Recentemente, fomos informados sobre a dramática situação vivenciada pela população no Extremo Oeste catarinense. Lá, pacientes de municípios limítrofes com Paraná, Rio Grande do Sul e até residentes em outros países estão enfrentando dificuldades para ter atendimento médico, odontológico e preventivo. Muitos que ainda recorrem ao Hospital Regional de Chapecó voltam para casa lamentando a falta de vagas para internação. Não por acaso, encaminhamos um requerimento ao ministério da Saúde solicitando a viabilização de um hospital público na região.

Na Capital, uma decisão precipitada por parte da secretaria da Saúde

provocou, por algumas semanas, a interrupção dos serviços de radioterapia vinculados ao SUS. Felizmente, por intermédio da Assembléia e de entidades da sociedade, o tratamento foi restabelecido, para alívio de muitos pacientes.

Porém, o caso mais grave ocorreu no mês de abril, quando a secretaria modificou o processamento dos pedidos de tratamento fora do município e as solicitações de autorização para exames de alto custo. Com a medida, foi cancelado o atendimento no balcão, que permitia, por meio de unidades administrativas, salvar inúmeras vidas com assistência digna e especializada.

Situação desconfortável passa o Hospital Infantil Joana de Gusmão, também na Capital, que se encontra com deficiência na estrutura, falta de equipamentos e fila de espera para realização de cirurgias. A lista, por exemplo, contém cerca de 3.000 pedidos.

Enfim, são casos que se repetem diariamente em hospitais públicos de Santa Catarina. Uma triste realidade que comprova a incapacidade do Estado em garantir um direito básico à população. A saúde, em resumo, precisa mais do que investimentos. Seus administradores precisam ter seriedade no manejo dos recursos públicos, competência profissional e respeito, acima de tudo, pelos pacientes.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB)

Responsabilidade fiscal para tudo?



A Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, vista sob um de seus ângulos, apresenta alguns enfoques interessantes e de relevância para o aprimoramento da mentalidade do administrador e das instituições. Entre os principais, podemos citar a coibição do aumento indiscriminado da despesa, a exigência de um planejamento de médio e longo prazo e o controle da dívida, evitando seu crescimento exagerado e o conseqüente comprometimento de

administrações futuras.

Vista sob outro ângulo, essa lei engendra a tese do "Estado mínimo" e reforça a fúria federalista. Engessa ainda mais as pequenas e sérias administrações municipais, sem falar de inúmeros artigos inconstitucionais que contém.

Aquele que responde pela aplicação do dinheiro público, ao mesmo tempo que pode se beneficiar com uma postura ética, reconhecida e aprovada pela população, também pode promover favores pessoais escusos nessa ação política. Pela nova lei, o administrador é responsável pela eventual aplicação incorreta do dinheiro da população, em benefício

da qual deve administrar. As penas são perda do mandato, devolução do dinheiro ou até prisão do mau administrador. Até este ponto, a lei é regida por princípios corretos.

Porém, temo pelo uso político que se pode fazer dessa recente lei. Sabemos que, de um modo geral, o Estado brasileiro (municípios, estados, nação) tem menos recursos do que as necessidades sociais. Sabemos também que a máquina administrativa brasileira está inchada e viciada. Sabemos igualmente que os atuais administradores herdaram essa máquina estatal pesada e uma alta dívida, a qual eles, mesmo não tendo sido seus criadores, têm de administrar.

Porém, utilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para justificar todos os atos administrativos duvidosos é condenável sob todos os aspectos. Limitar o repasse de recursos para obras em favor da população, impedir melhoria na área educacional e de saúde, postergar subvenções para minorar os graves problemas sociais em nome desta lei é fugir da questão central conferida ao administrador em nossos dias.

Se não adotarmos outras políticas, enfrentando os problemas sociais, o desemprego, os salários aviltantes e a falta de recursos para a agricultura, veremos as desigualdades e a violência aumentar diuturnamente.

Deputado Afonso Spaniol (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (sem partido)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

AL recebe contas de 99 do governo do Estado

(foto Jonas Lemos Campos)

Parecer do TC aprova contas/99 do governo apesar da comprovação de aumento de despesas orçamentárias, comprometimento da receita com a folha de pagamento de pessoal, aplicação insuficiente dos recursos do Fundef e realização de gastos sem o devido empenho legal.



Heitor Sché recebe parecer do TC sobre contas do governo

O presidente em exercício da Assembléia, deputado Heitor Sché (PFL), recebeu nesta semana (13) do presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Salomão Ribas Júnior, o parecer prévio das contas do governo do Estado relativas ao exercício de 1999. Agora o documento será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente à Comissão de

Finanças. Somente depois de receber parecer destas duas Comissões será votado em Plenário.

Os documentos reúnem os resultados das receitas e despesas das secretarias e outros órgãos da administração pública estadual, englobando ainda atos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. O parecer foi pela aprovação das contas,

embora ficassem constatados alguns "procedimentos impróprios" por parte de alguns órgãos da administração direta.

Ficou comprovado o aumento de despesas orçamentárias em 1999 nas áreas de administração e planejamento, saúde, saneamento e desenvolvimento regional.

O Estado comprometeu também 67,95% da receita com a folha de pagamento de pessoal, embora tenha ocorrido uma redução gradativa deste índice.

Outros dois procedimentos considerados impróprios pelo Tribunal de Contas foram a aplicação de apenas 44% das receitas de impostos no Ensino Fundamental (Fundef), quando a Constituição prevê 60%, e o fato de diversas unidades do Executivo realizarem gastos sem o devido empenho legal.

Missão catarinense na China

A transformação em fábrica de uma montadora de tratores da empresa Rueil Shop, já instalada em Pomerode, motivou o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), a comandar delegação catarinense que se encontra na China em missão oficial. Atendendo convite da província de Heilongjiang, a comitiva, composta pela deputada Ideli Salvatti (PT) e pelos deputados Lício Mauro da Silveira (PPB) e João Rosa (PTB), além de representantes do Executivo, empresários e autoridades municipais de Canoinhas, busca contatos visando investimentos no Estado.

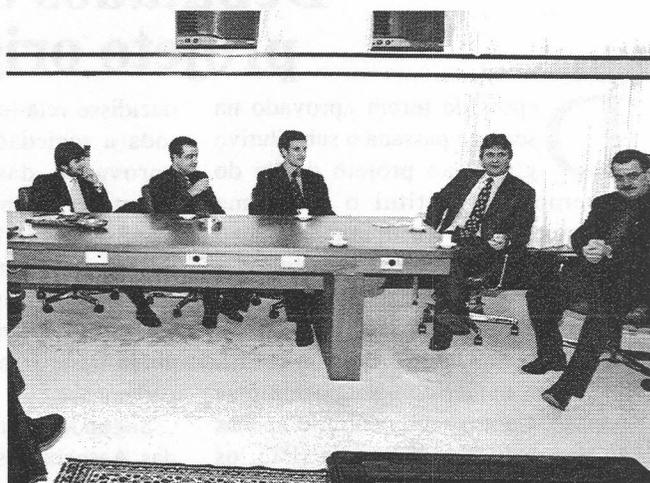
Segundo Knaesel, existem atualmente estudos para a implantação de uma universidade de medicina tradicional chinesa e uma produtora de bebidas destiladas no Vale do Itajaí. Para Canoinhas está previsto um centro de desenvolvimento tecnológico envolvendo técnicas de aproveitamento da erva-mate, soja e serragem de madeira.

Comissão argentina visita a AL

(foto Jonas Lemos Campos)

Com a intenção de estreitar as relações econômicas e culturais entre os países do Mercosul, um grupo de advogados e assessores parlamentares, representando a Fundação Universitária del Rio de la Plata, visitou a Assembléia na tarde desta terça-feira (13).

Foram recepcionados pelo 2º Vice-Presidente, deputado Pedro Uczai (PT), que falou sobre a importância do Mercado Comum do Cone Sul. Na oportunidade, discutiram os problemas semelhantes pelos quais



atravessam os dois países. Uczai mostrou-se empolgado com a perspectiva de novos contatos, lembrando que o Parlasul já vem fazendo esse trabalho de troca de informações com os países vizinhos.

COMISSÕES

Instalada CPE que vai investigar sistema carcerário

Foi instalada nesta terça-feira (13) a Comissão Parlamentar Externa que objetiva investigar a situação do sistema carcerário em Santa Catarina. A preocupação com a superlotação dos presídios, rebeliões, péssimo tratamento aos apenados e condições insalubres das penitenciárias motivou o deputado Manoel Mota (PMDB) a solicitar essa CPE.

Durante o período das atividades da Comissão, não apenas os presídios serão supervisionados pelos parlamentares, mas também as instituições que abrigam menores infratores. Um exemplo é a extinta Fucabem, sobre a qual existem denúncias quase diárias de graves ocorrências, como rebeliões e fugas em massa.

De acordo com Mota, a CPE ainda tem como objetivo propor soluções que minimizem a questão dos presídios, criando alternativas laboriais para os presos. "O preso tem que pelo menos produzir seu sustento, assim é importante que os presídios sejam dotados de oficinas, marcenarias, hortas ou outros locais onde ele possa se sentir útil".

Se houver necessidade de recursos



Reunião definiu presidente e relator da nova Comissão

financeiros para concretizar esses objetivos, a CPE se propõe a ir a Brasília tentar uma parceria entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Justiça e Cidadania, para que o Estado obtenha as verbas necessárias para os presídios.

Nos próximos dias a CPE volta a se reunir para analisar um cronograma de

atividades, a ser elaborado em conjunto pelo seu presidente, deputado Manoel Mota (PMDB), e pelo relator, deputado Jaime Duarte (PPS). Os demais membros desta Comissão são os parlamentares Narcizo Parisotto (PMDB), Valmir Comin e Odete de Jesus (PPB), Clésio Salvaro (PFL) e Pedro Uczai (PT).

Deputados decidem acatar projeto original do Refis

Depois de terem aprovado na semana passada o substitutivo global ao projeto de lei do governo que institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (Refis), que trata do parcelamento das dívidas das empresas inadimplentes, os deputados da Comissão de Justiça, presidida por Onofre Agostini (PFL), decidiram mudar completamente essa decisão. Com o voto contrário apenas do deputado Neodi Saretta (PT), os demais parlamentares acataram o projeto original do governo, aprovando também cinco emendas de autoria do próprio Onofre e outra do deputado Ronaldo Benedet (PMDB).

"O substitutivo global mudava completamente o projeto. Se o governo

decidisse vetá-lo, haveria prejuízos para toda a sociedade catarinense. Com a aprovação das emendas isso não acontece", explicou o presidente da Comissão. Ele lembrou que o projeto deverá entrar em regime de urgência nas Comissões de Finanças e de Fiscalização e Controle, permitindo que seja votado ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar.

Segundo o presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Luiz Carlos Floriani, antes de ser elaborada pelo governo, a proposta passou por uma ampla discussão entre o Conselho das Federações Empresariais e a Secretaria da Fazenda. "O projeto como está resolve o problema de 75% das

empresas que hoje estão inadimplentes", afirmou. Floriani lembrou que atualmente são 60 mil empresas nessa situação, que devem aos cofres do Estado cerca de R\$ 2 bilhões.

Combate à inadimplência - O grande objetivo do governo com o projeto é aumentar a arrecadação do ICMS ainda neste ano. Se aprovado, vai estimular os devedores a quitarem suas dívidas, pois o Refis busca consolidar todos os débitos em um único processo de parcelamento, com limite máximo de 120 meses. A maior vantagem é a redução de 50% da multa e juros com pagamento mensal correspondente a 0,5% do valor médio faturado (R\$ 100) para o caso das microempresas e 1% do faturamento (R\$ 600) no caso das empresas maiores.

PLENÁRIO

Cartão-Cidadão será utilizado em vários setores

Os bônus acumulados pelo consumidor serão utilizados para a compra de mercadorias ou de serviços nas empresas conveniadas.

Santa Catarina em breve deverá implantar o Cartão-Cidadão. Projeto de lei de origem governamental criando o programa cartão-consumidor, que reverte 0,2% do ICMS sobre compras e serviços sujeitos ao imposto diretamente ao consumidor sob forma de bonificação, teve substitutivo global do deputado Júlio Garcia (PFL), transformando o programa em "Cartão-Cidadão". O projeto, já aprovado nas Comissões técnicas da Casa, tem por objetivo incentivar o consumidor a fiscalizar a emissão de documentos fiscais em cada operação de compra ou

serviço e, desta forma, o incremento de arrecadação do ICMS, coibindo ao mesmo tempo a sonegação do imposto.

Os bônus acumulados pelo consumidor serão utilizados para a compra de mercadorias ou de serviços nas empresas conveniadas, com o consumidor participando de programas de premiação.

O substitutivo de Garcia permite que o Cartão-Cidadão seja usado como um cartão multiuso a ser aplicado nos setores da educação (controle da frequência escolar, por

exemplo), saúde (registro de atendimento do paciente) segurança pública (controle de pontos na carteira de motorista) e diretamente na prestação de serviços ao cidadão (recebimento de salários até R\$ 500).

Similar a um cartão de crédito, guarda informações em um microprocessador integrado, tendo uma durabilidade de quase dez anos. Seu multiuso torna-o mais barato que os cartões magnéticos ou os de código de barras. "As informações dos usuários do cartão vão estar armazenadas em um único ponto, com afinidade entre os



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Júlio Garcia

serviços a serem disponibilizados, permitindo ao Estado a racionalidade da informação", explicou Garcia.

DNER atende solicitação de Guidi

Atendendo reivindicação do deputado Altair Guidi (PPB), a direção do DNER em Santa Catarina vai adotar medidas para desburocratizar as exigências feitas às empresas de turismo no que diz respeito a viagens especiais. O excesso de burocracia estava prejudicando empresas do setor, revelou o parlamentar, dando como exemplo uma determinada empresa de turismo de São José do Cedro, que, para realizar uma viagem especial, tinha de se dirigir à representação do DNER em Chapecó, pagar uma taxa de R\$ 14 no Banco do Brasil em boleto numerado e depois voltar ao órgão para, só então, receber a autorização. Nesse vaivém foram gastos cerca de 200 quilômetros.

Em resposta, o DNER informou já ter instruído as residências e a própria sede



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Altair Guidi

central do órgão no Estado para que forneçam antecipadamente às empresas os boletos necessários para pagamento quando das viagens especiais. Quanto aos fins de semana, as empresas terão até às 18 horas de sexta-feira para obter a autorização no órgão, visto que as viagens são sempre programadas com alguns dias de antecedência.

Reconhecimento dos doadores de sangue

O Plenário aprovou o projeto de lei do deputado Jaime Mantelli (PDT) que dá nova redação à Lei 9.815, de dezembro de 1994, que institui o "Diploma Benemérito por Serviço Relevante" às pessoas físicas que doarem voluntária e sistematicamente sangue ao Hemosc e às jurídicas que apoiarem campanhas de doação. Com as modificações na lei, receberão o diploma as pessoas físicas que doarem sangue pelo menos três vezes por ano, integrarem associações de doadores e contribuir para estimular, direta ou indiretamente, a doação voluntária. Também estão incluídas nessa homenagem as pessoas

jurídicas que enviarem o maior número de empregados ou colaboradores para doações, ou auxiliarem materialmente a realização de campanhas.

Ainda de acordo com o projeto, o Hemosc ou as associações de doadores de sangue, sem fins lucrativos e devidamente legalizadas, em conjunto ou separadamente, comunicarão à Assembléia Legislativa, até o dia 25 de outubro de cada ano, a lista das pessoas físicas e jurídicas que atenderem aos critérios fixados nesta lei. A entrega do diploma vai ocorrer sempre no dia 25 de novembro - Dia Mundial do Doador de Sangue -, durante sessão solene da Alesc.

PLENÁRIO

Usina de gás para o Planalto

A decisão do Governo do Estado de construir a primeira usina termelétrica a gás no Norte levou o líder do PPB, deputado Ivan Ranzolin, a insistir quanto à necessidade urgente de também ser construída uma unidade congênere no Planalto Serrano.

Essa proposta tem sido uma bandeira defendida pelo parlamentar há mais de um ano. Para ele, a usina utilizando o gás natural da Bolívia será um marco para o progresso da Região Serrana. "O gás natural é o recurso mais barato para as empresas e permitirá que tenham maior e melhor condição de competitividade," disse.

Sobre a intenção do governo de construir uma termelétrica em Lages usando resíduos de madeira, Ranzolin comentou que essa possibilidade é também muito bem-vinda e que a região tem matéria-prima de sobra para isso. No entanto, registrou que a construção de uma usina desse tipo não significaria a desistência da termelétrica a gás, que é uma reivindicação prioritária e objeto de inúmeras gestões com o governo e com a companhia responsável pelo fornecimento de gás da Bolívia, a SC-Gás.

Hidrelétrica de Itá

As necessidades dos municípios abrangidos pela hidrelétrica de Itá motivaram o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) a fazer uma indicação ao Governador do Estado solicitando que seja firmado um protocolo de intenções em que o Estado se comprometa a aplicar o percentual a ele reservado pelas Leis 7.990/89 e 8.001/90, decorrente da compensação pela utilização de recursos hídricos para fins de energia elétrica, em obras nas cidades cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, como é o caso da hidrelétrica de Itá.

Os municípios abrangidos pela usina necessitam de recursos para a realização de importantes obras, que há bastante tempo estão sendo reivindicadas pela população. Entre elas estão: melhoria do aeroporto municipal de Concórdia, asfaltamento da SC-466 (trecho Seara/Itá) e da SC-461 (trecho Concórdia/Alto Bela Vista), além de trechos próximos à modificada ponte da estrada de ferro,

abrangendo Marcelino Ramos (RS) e distritos de Volta Grande e Uruguai. A região necessita de investimentos para o desenvolvimento do turismo e financiamento para a realização de obras visando ao aproveitamento do lago formado pela barragem.

O parlamentar lembra que aquelas cidades perderam considerável parcela de seus territórios (terras que em sua maioria se destinavam à agricultura) e que sem recursos financeiros ficam inviabilizadas de desenvolver a infraestrutura necessária para o aproveitamento dos benefícios proporcionados pela usina.

Medidas de proteção à saúde no inverno

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) está propondo, em projeto de lei que tramita na Assembléia, medidas e programas por parte do Estado de prevenção e proteção à saúde da população durante o inverno.

Pela proposta apresentada, o Poder Executivo ficaria encarregado de elaborar, até o dia 15 de abril de cada ano, um "Planejamento de Prevenção das Doenças e de Atendimento no Inverno", o qual seria baseado em estatísticas capazes de identificar tendências sobre o aumento da demanda de atendimento, as principais doenças registradas e o consumo de remédios durante a estação. Para sua elaboração, seriam convidados órgãos e instituições da área de saúde, federais, estaduais e municipais, além de representações comunitárias.

Na opinião do parlamentar, a exemplo do que ocorre com a Operação Veraneio, é imprescindível a mobilização especial de vários órgãos estatais para a prestação de serviços voltados às tipicidades da época. "Precisamos dar resposta ao aumento da demanda pela influência de fatores climáticos sobre a saúde da população", avalia.

O projeto especifica ainda que gestantes, idosos, crianças e pessoas portadoras de doenças crônicas terão prioridade no atendimento e na prevenção das doenças de inverno.

Transporte escolar e coletivos

Melhores condições ao atendimento do transporte escolar aos alunos da rede estadual de ensino, especialmente no Oeste do Estado, que tem sido preocupação constante para as administrações municipais, foi objeto de requerimento do deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Governador do Estado.

Do total de 110.597 alunos da rede estadual transportados no ano de 1999, 48.061 estudaram nos municípios da região, o que sobrecarregou aquelas unidades administrativas com despesas estranhas às suas atribuições, consumindo em muitos casos até 50% dos recursos do Fundef e inviabilizando várias atividades que são atribuições dos municípios. O parlamentar lembra que faz parte do elenco das obrigações e responsabilidades estaduais assumir o custo do transporte dos alunos das escolas estaduais que geram receita do

Fundef para o Estado.

Coletivo – Já o deputado Herneus de Nadal (PMDB) fez uma indicação ao diretor do Deter solicitando estudos no sentido de, mediante prévia vistoria, emitir autorização especial para que os ônibus com ano de fabricação anterior a 1990 possam fazer pequenas excursões, transportando a população da própria municipalidade de origem.

Entende que tal procedimento vai permitir que pessoas de menor poder aquisitivo possam ter acesso ao lazer e garantir a continuidade do trabalho de diversas pessoas que dependem exclusivamente desse tipo de transporte para a própria subsistência. Nadal garante que a maioria dos ônibus de fabricação mais antiga encontram-se em ótimo estado de conservação, o que permite transportar passageiros com toda a segurança.

Doações com dedução no IR

O aumento da relação das entidades que possam receber doações com a conseqüente dedução dessa contribuição no Imposto de Renda está sendo pedido pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Ministro da Fazenda e à bancada catarinense no Congresso Nacional.

O parlamentar lembra que atualmente a dedução é possível para algumas entidades, notadamente as que têm por objetivo o auxílio e o amparo à criança e ao adolescente, deixando de contemplar outras que têm vasta folha de serviços prestados.

“Existem várias instituições, sem fins lucrativos que desempenham relevantes serviços à sociedade, auxiliando também o poder público por encamparem atribuições que deveriam ser empreendidas por ele”. Entende Mendonça que a adoção de medidas de incentivo às contribuições poderia auxiliar bastante a comunidade, uma vez que a população mais privilegiada economicamente passará a investir, especialmente por ter a possibilidade de fazer dedução dessas contribuições na declaração do Imposto de Renda.

Tubulação de gás

O deputado Ivo Konell (PMDB) está indagando da Companhia a Gás de Santa Catarina (SC-Gás) se para a implantação da tubulação de gás às margens da BR-280, no trecho urbano de Jaraguá do Sul e Guaramirim, foi considerado o projeto de duplicação da referida rodovia. Diz que em diversos trechos a tubulação fica próxima à pista de rolamento e que os usuários e moradores daquele trecho da BR estão preocupados, pois, com a duplicação, a tubulação pode romper e causar graves transtornos para a população que reside ali perto.

Estoques de milho

Medidas preventivas para estocagem de milho na região Sul do país estão sendo pedidas pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Ministro da Agricultura e ao presidente da Conab, alertando que a previsão da safra do milho para este ano é de um milhão de toneladas em Santa Catarina e que nos anos anteriores houve dificuldades na aquisição do produto. A falta de milho estocado faz com que o preço se eleve na entressafra. Afirmou que a relação milho/produção carne suína já se encontra em dificuldade em plena safra e que se providências não forem tomadas corre-se o risco de inviabilizar a produção de suínos no Estado.

Homenagem a Guga

Os deputados Manoel Mota (PMDB), Ivan Ranzolin (PPB), Júlio Garcia (PFL) e João Henrique Blasi (PMDB) apresentaram requerimentos solicitando a realização de sessão solene para homenagear o tenista Gustavo Kuerten (Guga) pela conquista do bicampeonato de Roland Garros (França). O atleta é o 1º colocado no atual circuito internacional e está em 3º lugar no ranking mundial de tênis. A solenidade deverá acontecer no próximo dia 27 de novembro.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (sem partido) ao Governador do Estado, indagando sobre o efetivo da Polícia Militar em Joinville e região, o qual considera insuficiente.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Chefe do 16º DNER/SC, pedindo que autorize o uso do acesso rodoviário ao Centro Comercial de Tubarão, localizado às margens da BR-101.

Deputado Manoel Mota (PMDB) solicitando a realização de sessão solene no dia 27 de novembro, às 16 horas, em homenagem ao tenista Gustavo Kuerten, pelos grandes feitos no cenário do esporte mundial.

Deputado Reno Caramori (PPB) às autoridades e à comunidade de Curitiba, cumprimentando-as pelo aniversário de emancipação político-administrativa do município, comemorado em 11 de junho passado.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a realização de reforma no aeroporto de Lontras, com ampliação da pista, condições de operação noturna e por instrumentos.

Deputado Adelor Vieira (sem partido) ao presidente da Imprensa Oficial do Estado, solicitando a publicação do livro que relata a história da colonização em Witmarsum e região.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao presidente da República e a diversas autoridades em Brasília, manifestando contrariedade às proposições que tramitam no Congresso Nacional e que buscam reduzir a idade para a responsabilidade penal.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) à diretoria do CTG 13 Guapos, de Imbituba, cumprimentando-a pela promoção do IV Rodeio Crioulo Nacional, que deverá acontecer de 16 a 18 deste mês.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Governador do Estado, pedindo providências para a implementação completa do Plano de Cargos e Vencimentos dos Recursos Humanos da Udesc.

Deputado Adelor Vieira (sem partido) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação da ponte da estrada sul, que liga Joinville a Guaramirim.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Governador do Estado solicitando que seja celebrado convênio com a prefeitura de Joinville e a Companhia Antártica de Bebidas, com o objetivo de concluir a pavimentação asfáltica da estrada do oeste.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Itajaí e Witmarsum, cumprimentando-os pela passagem dos aniversários daqueles municípios, comemorados em 15 de junho.

Deputados Nilson Gonçalves (PFL) e Adelor Vieira (sem partido) ao Secretário da Segurança Pública, pedindo a instalação em caráter de urgência de um posto policial no bairro Itinga, em Araquari, onde a ocorrência de delitos é constante.

Isenção de ICMS para genéricos

Os medicamentos definidos como “genéricos” pela legislação federal vão ter isenção do ICMS e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

O projeto aprovado tem

como autor o deputado Herneus de Nadal (PMDB) e objetiva reduzir o custo na aquisição de medicamentos, principalmente pelas famílias de baixa renda, considerando que o valor dos remédios em proporção à renda familiar é mais elevado.

ESPECIAL

CPI do Narcotráfico poderá ser prorrogada

A CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado terá seu destino traçado nesta segunda-feira (19), quando os parlamentares deverão decidir se a prorrogam ou não por mais 60 dias, tendo em vista que no dia 28 encerra-se o prazo final. Por enquanto as opiniões estão divididas.

O presidente João Henrique Blasi (PMDB) e o relator Adelor Vieira (sem partido) já adiantaram suas posições contrárias à prorrogação, esta defendida pelos colegas Pedro Uczai (PT), João Rosa (PTB) e Nelson Goetten (PPB).

Na manhã de ontem (15) a Comissão esteve reunida para deliberar sobre algumas atividades a serem desenvolvidas no decorrer da próxima semana, entre as quais o depoimento de Hamilton Machado, preso pela polícia da Capital em Foz do Iguazu sob a acusação de tráfico de drogas e armas, que abastecem os morros de Florianópolis. À tarde foram ouvidos os depoimentos da cartorária de Barra Velha, Djanira Aguiar, e de outras duas testemunhas, que não foram identificadas para não prejudicar as investigações.



0800 48-6261

Disque-Denúncia

Semana especial

Na próxima semana a CPI do Narcotráfico contará com um evento especial. Entre os dias 19 e 26 será realizada em todo o Estado a "2ª Semana Estadual Antidrogas e pela Vida". Durante esta semana, a Comissão pretende pressionar o Governo para que apresente um projeto que regulamente o Fundo Antidrogas, já que o projeto que cria este Fundo, de autoria do deputado Adelor Vieira, foi por ele vetado.

Na sessão especial de abertura do evento, a Comissão deverá apresentar projeto criando um fórum permanente para investigar

o tráfico de drogas no Estado. Na oportunidade também será apresentada proposta para a manutenção do Disque-Denúncia (telefone gratuito - 0800 48-6261), que possibilitou a CPI, através de aproximadamente 1.200 telefonemas anônimos, chegar aos principais suspeitos, que estão sendo investigados. Os parlamentares querem criar ainda o Programa Estadual de Proteção às Testemunhas, que será elaborado pela assessoria jurídica do presidente da Comissão, João Henrique Blasi (PMDB).

Benedet e Garcia querem CPE para barragem do Rio São Bento

Os líderes do PMDB, deputado Ronaldo Benedet, e do PFL, deputado Júlio Garcia, apresentaram nesta semana requerimento, aprovado na quarta-feira (14), pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar Externa (CPE)

para apurar o processo licitatório, a execução física, os atrasos e recursos financeiros para a construção da barragem do Rio São Bento, localizada no Sul do Estado. Ao ressaltar que a licitação feita pela Casan apresenta vícios no contrato, detectados pelo Tribunal de Contas, que ainda analisa o caso, Benedet cobrou uma explicação do governo do Estado sobre a obra, uma vez que a grande estiagem pode comprometer o abastecimento de água de Criciúma e região.

Reiterou que o governo federal, que havia se

comprometido com a obra, cortou-a do Orçamento da União e que desde o ano passado o Executivo estadual não responde ao seu pedido de informação sobre o tema. Disse, ainda, que os agricultores estão preocupados com as

desapropriações que ocorrerão nos mais de mil hectares que serão ocupados pela barragem, lembrando que a melhoria do abastecimento de água será vital para a rizicultura e o turismo na região carbonífera.

Agenda

Dia 19, às 10h – Reunião de trabalho da CPI do Narcotráfico

Local: Sala das Comissões

Dia 19, às 14h – Sessão Solene para abertura da "2ª Semana Estadual Antidrogas e pela Vida", requerida pelo deputado Adelor Vieira (sem partido).

Local: Plenário

Dia 26, às 14h – Audiência pública da Comissão de Educação, com o tema "Discussão sobre a Lei 9.766/98, que rege o salário-educação – Desburocratização na transferência dos recursos aos municípios".

Dia 27, às 20h – Abertura da exposição "Vibração das Cores", da artista plástica Janaína Simas Neves.

Local: Galeria de Arte da Assembléia.